

Aos Trabalhadores

das Empresas Rodoviárias de Transporte Público de Passageiros na Área Metropolitana de Lisboa

Sobre o processo de reorganização dos transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa, e o futuro das actuais empresas rodoviárias

Como já havíamos alertado, as actuais concessões rodoviárias de transporte de passageiros **caducam** todas em Dezembro de 2019 sendo necessário, até lá, e por uma directiva da UE, contratualizar toda a operação, com a realização de concursos sempre que a opção tomada for a contratação de (ou a concessão a) empresas privadas.

O que a Área Metropolitana de Lisboa decidiu por consenso entre os 18 presidentes de Câmara que a compõe (6 deles eleitos pela CDU), é que vai avançar com um processo comum assente em:

- Criação de uma Empresa Pública, a Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), que absorverá a OTLIS, e operará um sistema metropolitano de transporte rodoviário, coerente, simplificado e comum;
- Que passará a existir «uma **marca** única para todos os serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros de âmbito municipal e intermunicipal da AML», a «**Carris Metropolitana de Lisboa**», com uma bilhética comum e simplificada;
- Que essa Empresa TML será pública e será encarregue da «exploração através de meios próprios e/ou da atribuição a operadores de serviço público, por meio da celebração de contratos de serviço público ou mera autorização, do serviço público de transporte de passageiros», e será quem realizará os eventuais concursos necessários para assegurar a oferta de transportes públicos, excepção feita aos processos internos nos concelhos de Lisboa, Barreiro e Cascais, que serão assegurados pelas empresas municipais Carris, TCB e Cascais Próxima.

A «Carris Metropolitana» **será apenas uma marca**, enquanto a empresa Carris continuará a existir como empresa municipal a operar sensivelmente nos moldes que opera actualmente. Da mesma forma, no Barreiro, os TCB continuarão a operar como empresa pública municipal, integrando-se na rede metropolitana com a sua autonomia. Já em Cascais, a Cascais Próxima subcontratará o grosso da operação a um privado.

Todas as operadoras privadas na Área Metropolitana, **estão com o seu futuro dependente dos contratos a assinar com a nova empresa pública**, a TML. Algumas das actuais empresas privadas poderão ficar sem qualquer serviço de transporte público, outras poderão ver a sua actividade reduzida, algumas verão a sua actual base operacional dividida entre diferentes autoridades de transporte (entre Lisboa e o Oeste, por exemplo). É um processo que não está concluído, onde ainda decorrem negociações e onde se poderão vir a realizar concursos públicos para a adjudicação de contratos cujos contornos ainda não se conhecem.

Para o PCP este processo não pode ser visto apenas apreciando as vantagens ou desvantagens para os utentes, é preciso ter em conta os perigos para os actuais trabalhadores das rodoviárias privadas. E os trabalhadores da Scotturb, da Vimeca, da Rodoviária de Lisboa, da Boa Viagem, da Mafrense, da Isidoro Duarte, da Barraqueiro Transportes na região e da TST, devem olhar com especial preocupação o actual processo, e agir no sentido de salvaguardar os seus postos de trabalho, as suas remunerações e os seus direitos.

O Código do Trabalho prevê a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento, o regulamento da UE 1370/2007, estabelece a forma como essa salvaguarda deve ser realizada e o contrato colectivo assinado entre o STRUP e a ANTRON também prevê expressamente a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores em caso de transmissão. Mas é fundamental garantir, à partida, que qualquer deliberação pública ou qualquer caderno de encargos de um eventual concurso, reafirma a imposição da transmissão dos actuais trabalhadores aos eventuais futuros operadores, com total manutenção de antiguidade, direitos e remuneração.

Os trabalhadores sabem que podem contar com o PCP. Mas nada substitui a unidade, a organização, a vigilância e a luta dos trabalhadores.



O Concurso de Cascais, um perigoso precedente que importa conhecer, denunciar e combater

A Câmara de Cascais já lançou um concurso para contratar um operador privado para a rede de Transportes Públicos Rodoviários do Concelho. É até agora o único Concurso decidido.

Nesse concurso, e ao contrário do expressamente prometido pelo Presidente da Câmara de Cascais, **não é assegurada a transferência dos trabalhadores da Scotturb para a empresa que venha a ganhar o concurso**, ficando os trabalhadores obrigados, caso a queiram integrar, a concorrer para nela entrarem (perdendo a antiguidade, as diuturnidades e os direitos consagrados em AE) ou a avançar para Tribunal exigindo que a transmissão de estabelecimento implique a transmissão de posto de trabalho.

Chumbada a Reposição da Idade da Reforma dos Motoristas nos 65 anos

A Assembleia da República chumbou as propostas do PCP que propunham a reposição da idade da Reforma dos Motoristas aos 65 anos (em Outubro de 2018, com os votos contra do PS e a abstenção do PSD e do CDS) e que propunham o fim das penalizações para os motoristas que se reformavam aos 65 anos (em Maio de 2018, com os votos contra do PS, PSD e CDS).

A limitação da idade no exercício de determinadas profissões não resulta de decisões arbitrárias ou aleatórias, mas sim da avaliação concreta das condições de trabalho e das suas implicações para a saúde do trabalhador, o desgaste físico e psicológico e as

Se a Scotturb não for o vencedor deste concurso, cerca de um terço dos seus trabalhadores ficarão sem posto de trabalho, e nada no Caderno de Encargos os salvaguarda. A Autoridade da Mobilidade e Transportes (AMT), cujo parecer ao caderno de encargo é vinculativo, tinha-se comprometido em assegurar os direitos dos actuais trabalhadores no processo de contratualização em curso, mas não cumpriu as suas promessas.

Este concurso tem que ser severamente criticado desde já, pelo que representa e pelo precedente que pode abrir. Agora estão com os direitos em risco os trabalhadores da Scotturb, amanhã poderão ficar todos os trabalhadores de todas as rodoviárias de passageiros da região de Lisboa. **Exigimos**, desde já, que sejam garantidos os direitos dos trabalhadores da Scotturb no concurso de Cascais. **Exigimos** que a AMT cumpra os seus compromissos, e **exigimos** que a própria AML actue contra esta posição da Câmara de Cascais.

potenciais consequências para a segurança sendo particularmente evidentes as preocupações que se colocam para a segurança de pessoas e bens, quando se trata da circulação de veículos pesados e do transporte de passageiros e mercadorias (incluindo mercadorias perigosas).

Mas é evidente que PS, PSD e CDS dão mais importância à criação de condições para a máxima exploração dos trabalhadores. Deveria mandar o progresso que a idade da reforma diminuísse e que a segurança da circulação tivesse cada vez uma maior importância.

Também aqui só a luta dos trabalhadores poderá inverter o actual rumo de cada vez trabalharmos mais, por uma reforma menor.

Sobre as medidas anunciadas para o Alargamento do Passe Social

Está aprovado na Área Metropolitana de Lisboa - por unanimidade de todos os seus 18 Presidentes de câmara - a ideia de a partir de Abril de 2019 se **concretizar o alargamento do passe social intermodal a toda a área metropolitana**, a todos os operadores e a todas as carreiras. Está aprovada ainda a ideia de que esse passe custe 30 euros em cada concelho e 40 euros para toda a região, o que representaria uma significativa redução de custos para os utentes, e potenciará um aumento muito significativo da procura de transportes públicos, com as

evidentes vantagens ambientais, económicas e sociais. Esta decisão que o PCP inequivocamente saúda ocorre depois das intensas campanhas públicas realizadas pelo PCP nos últimos 2 anos «Pelo Alargamento do Passe Social», que inclusive levaram à discussão na Assembleia da República em 2017 de um Projecto-Lei do PCP que instituía esse alargamento e que foi então chumbado por PS/PSD/CDS.

Confirmam-se assim duas ideias chave: (1) que vale a pena lutar e que (2) os trabalhadores e o povo ganham de cada vez que o PS prefere descolar da política de direita e ouvir as propostas e reivindicações do PCP.